

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 02 de julho de 2025 às 07h51
Seleção de Notícias

Jornale Online | BR-PR

Marco regulatório | INPI

Valorização: café de Mandaguari conquista a 20ª Indicação Geográfica do Paraná 3

Metrópoles Online | BR-DF

02 de julho de 2025 | Direitos Autorais

Músicas de São João: por que você deve pagar pelos direitos autorais? 5

Correio Braziliense - Online | BR

Direitos Autorais

Banda feita por inteligência artificial tem 500 mil ouvintes em um mês 8

DIVERSÃO E ARTE | AMANDA S. FEITOZA

Valorização: café de Mandaguari conquista a 20ª Indicação Geográfica do Paraná



01/07/2025

O tradicional Café de Mandaguari, no Noroeste do Estado, acaba de conquistar a **Indicação** Geográfica (IG), tornando-se o 20º produto paranaense a receber o selo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**). O reconhecimento foi oficializado nesta terça-feira (1º).

A conquista, que valoriza ainda mais a agricultura familiar do Paraná, é fruto de uma atuação coletiva que contou com o apoio do Governo do Estado, por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná) e da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab). Também participaram do processo o Sebrae/PR, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e a Associação dos Produtores de Café de Mandaguari.

A área geográfica delimitada pela IG engloba os municípios de Apucarana, Arapongas, Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari e Marialva, reforçando a força produtiva da região e a qualidade diferenciada dos grãos cultivados no território.

De acordo com Walter Feichtinger, técnico do IDR-Paraná, que acompanhou o processo desde o início, a equipe esteve presente em todas as fases da conquista. "Participamos de todas as etapas desse

processo, desde a ideia inicial até a entrega do selo. Foram várias reuniões, preenchimento de questionários, envolvimento direto com os produtores. Foi um trabalho coletivo e muito técnico, que exigiu dedicação e articulação ao longo do tempo", explica.

Segundo ele, a Indicação Geográfica é uma ferramenta estratégica para fortalecer a identidade dos territórios. "É um instrumento importante para valorizar produtos e serviços vinculados a uma região específica, promovendo o desenvolvimento econômico e social, protegendo a tradição e a reputação local, e atraindo consumidores que buscam autenticidade e qualidade", destaca.

"Essa é uma grande conquista, fruto de um esforço coletivo. A partir de agora, iniciamos uma nova fase, com mais visibilidade, notoriedade e valor agregado", afirma o consultor do Sebrae/PR, Luiz Carlos da Silva. "O reconhecimento fortalece especialmente os pequenos negócios no campo, gerando oportunidades e impulsionando o desenvolvimento econômico da região".

TRADIÇÃO - Em Mandaguari, o café é mais do que uma bebida e faz parte da identidade local. Reconhecida oficialmente como a Capital do Café desde 2012, a cidade se destaca nacionalmente pela produção de cafés especiais, que unem qualidade, cuidado e origem.

Com 36,7 mil habitantes, o município também investe no turismo rural, com destaque para a Rota do Café, que permite aos visitantes acompanhar de perto todas as etapas da produção.

Para o produtor rural Fernando Rosseto, presidente da Associação dos Produtores de Café de Mandaguari, o selo é o resultado de anos de dedicação. "Para a gente, é o reconhecimento de um trabalho diário que agora está sendo recompensado. Os pro-

Continuação: Valorização: café de Mandaguari conquista a 20ª Indicação Geográfica do Paraná

dutores estavam ansiosos por essa conquista, e ela finalmente chegou. A partir de agora, com a Indicação Geográfica, queremos abrir novos mercados e trazer novamente o olhar do Brasil para o café do Paraná", afirma.

"O Estado já foi o maior produtor do País, e a nossa essência continua no café. Esse selo vai ajudar a valorizar o produto, manter os jovens no campo e mostrar que vale a pena investir numa produção de qualidade", completa.

Rosseto também destaca o diferencial do grão cultivado na região. Segundo ele, pesquisas da área de genética da Universidade Federal do Paraná (UFPR) revelaram que o café de Mandaguari possui características únicas. "Existe um microrganismo natural nos nossos grãos que não consome os açúcares do café, ao contrário do que ocorre em outras regiões. Isso garante um sabor mais doce, com notas sensoriais de chocolate, caramelo e frutas vermelhas. É esse perfil que torna nosso café tão especial", explica.

A cafeicultura no Paraná é formada por cerca de 8 mil produtores rurais, sendo que 85% deles são da agricultura familiar. A produção estadual em 2024 deve atingir 713 mil sacas, com a colheita já alcançando

36% em junho.

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ - Com o novo registro, o Paraná alcança a marca de 20 produtos com **Indicação** Geográfica reconhecida pelo **INPI**, permanecendo como o segundo estado brasileiro com mais selos emitidos, atrás apenas de Minas Gerais.

Estão entre os produtos paranaenses com IG a aguardente de cana e cachaça de Morretes; a goiaba de Carlópolis; as uvas de Marialva; o barreado do Litoral; a bala de banana de Antonina; o melado de Capanema; o queijo da Colônia Witmarsum; o café do Norte Pioneiro; o mel da região Oeste; o mel de Ortigueira; a erva-mate de São Mateus do Sul; o morango do Norte Pioneiro; a camomila de Mandirituba; os vinhos de Bituruna; a broa de centeio de Curitiba e Região; a Cracóvia de Prudentópolis; o urucum de Paranacity e Cruzeiro do Sul; a carne de onça de Curitiba; o queijo colonial do Sudoeste; e agora o café de Mandaguari.

A Agência Estadual de Notícias mantém uma série especial sobre os produtos paranaenses com Indicação Geográfica. Para conhecer mais histórias como essa, .

Músicas de São João: por que você deve pagar pelos direitos autorais?



Entidades públicas e privadas devem respeitar a Lei nº 9.610/1998. Ignorar o Ecad pode resultar em ação judicial e prejuízo à cultura

Por trás de cada música tocada em festas juninas, num clube ou num shopping, existe um artista que merece ser remunerado. E, nos meses de junho e agora em julho, vários estados brasileiros se transformam com arraiais que movimentam cidades, escolas, praças e ruas, ao som de forró, baião, xote e quadrilhas.

Mas, é justamente a música, elemento essencial dessa tradição popular, que está no centro de uma discussão urgente: o respeito ao **direito** autoral.

O que pouca gente sabe é que, toda vez que uma música toca em espaço público ou evento coletivo, é necessário pagar os **direitos** autorais de execução pública aos compositores e artistas, por meio do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

Não importa se a trilha sonora vem de um trio pé de serra, de um DJ ou de uma playlist no celular: se a execução não for exclusivamente familiar, a remuneração é obrigatória.

Mesmo assim, em pleno 2025, prefeituras e produtores seguem inadimplentes com os pagamentos.

Segundo levantamento do próprio Ecad, as festas juninas de Campina Grande (PB) e Petrolina (PE), duas das maiores do Brasil, estão há anos sem pagar corretamente pelos **direitos** autorais.

Por outro lado, exemplos como os festejos de São João de Caruaru (PE) e Maracanaú (CE) mostram que é possível fazer grandes eventos com responsabilidade cultural e legal.

Ambas as cidades cumprem a lei e fazem o licenciamento musical junto ao Ecad, garantindo que compositores e artistas sejam devidamente remunerados.

A inadimplência ainda gera prejuízo direto aos criadores, principalmente àqueles que não sobem ao palco, mas têm as obras como trilha sonora das celebrações.

"Infelizmente, muitos organizadores dessas celebrações, que movimentam milhões e atraem turistas do país inteiro, não respeitam os direitos dos artistas. Com isso, os compositores deixam de receber valores que são seus por direito", afirma Giselle Luz, gerente regional do Ecad na Paraíba e em Pernambuco.

Festa de São João em Campina Grande é uma das que estão há anos sem pagar corretamente pelos **direitos** autorais

O músico brasileiro Marcelo Café, que vive da circulação da própria música, complementa: "O músico também é classe trabalhadora. Existe uma lei que precisa ser cumprida sobre o que ele produziu. Não é só criatividade, é trabalho, é tempo, é estudo".

Segundo dados do Ecad, as festas juninas poderiam ter distribuído até 50% mais em **direitos** autorais se todos os eventos fossem regularizados.

Continuação: Músicas de São João: por que você deve pagar pelos direitos autorais?

Só em 2024, R\$ 5,9 milhões foram pagos por execuções ligadas ao São João. Esse valor poderia ser o dobro se a inadimplência não fosse tão alta.

Lei que garante justiça cultural

O Ecad é uma entidade privada, sem fins lucrativos, prevista na Lei nº 9.610/1998, que regula o **direito** autoral no Brasil.

O papel dela é fazer a intermediação entre quem usa música publicamente e quem a cria.

É um modelo de economia colaborativa, pois quem utiliza a obra de outra pessoa contribui financeiramente, e o valor arrecadado é distribuído entre compositores, intérpretes, músicos, editores e produtores fonográficos.

Para artistas que vivem da criação musical, o não pagamento dos **direitos** autorais representa muito mais do que prejuízo financeiro - é uma negação de existência.

Marcelo Café: "O músico também é classe trabalhadora"

O compositor Zé Maurício, coautor de , com Leci Brandão, reforça: "Se uma música toca 100 vezes e você nem sabe, como o autor vai sobreviver? O Ecad é o que nos dá um fio de retorno. Se não tiver, a gente some da própria história".

"Quando a música estoura, os primeiros seis meses são lindos. Depois, vai caindo. É por isso que o **direito** autoral é tão importante: ele garante uma continuidade, uma dignidade para o compositor", enfatiza Zé Maurício.

Números do Ecad

Em 2024, o Ecad arrecadou R\$ 1,8 bilhão e distribuiu R\$ 1,5 bilhão para 345 mil titulares de direitos.

Do total arrecadado, 85% foram repassados diretamente aos compositores, intérpretes, músicos, editores e produtores fonográficos.

Os 15% restantes foram destinados à gestão coletiva: 6% para as associações de música (Abramus, Amar, Assim, Sbacem, Sicam, Socimpro e UBC) cobrirem as despesas operacionais e 9% para o Ecad, responsável pela administração, arrecadação e distribuição dos valores em todo o país.

A música brasileira foi protagonista: 62% do valor distribuído foram para o repertório nacional. E, no segmento de shows e eventos, a arrecadação cresceu 20% em relação a 2023, puxada justamente por eventos populares, embora muitos ainda estejam inadimplentes.

"Com transparência, estamos construindo uma entidade mais sustentável, eficiente e digital. Nosso objetivo não é inviabilizar nenhuma festa, mas assegurar que os compositores sejam valorizados como parte essencial da cadeia produtiva cultural", afirma Isabel Amorim, superintendente executiva do Ecad.

Tecnologia a favor da justiça

Com o apoio de ferramentas tecnológicas, o Ecad identificou 6,6 trilhões de execuções musicais em plataformas digitais só em 2024.

O uso de dados e inteligência artificial permite um rastreamento mais justo e eficaz, fortalecendo a cadeia produtiva da música, tanto no ambiente digital quanto nos festejos presenciais.

"Execução pública não é só cobrança. É reconhecer o valor de quem cria, proteger o ciclo da obra e garantir que o artista possa continuar criando", explica a advogada Carol Bassin, especialista em projetos culturais e **direitos** autorais.

Esse processo de digitalização também se reflete no

Continuação: Músicas de São João: por que você deve pagar pelos direitos autorais?

contato com os usuários. Ferramentas como o Ecad-Net e canais de autoatendimento agilizam o processo de licenciamento, pois oferecem praticidade e transparência para quem precisa regularizar o uso de música.

A tecnologia, segundo o Ecad, é uma aliada estratégica. Por meio de softwares avançados, algoritmos de reconhecimento musical e parcerias com plataformas de streaming, a instituição consegue mapear onde, como e com que frequência cada música é utilizada.

Isso permite uma distribuição mais precisa e proporcional aos artistas, inclusive àqueles que não têm visibilidade na grande mídia.

Mais do que uma obrigação legal, o pagamento de **direitos** autorais é um gesto de valorização. É o que mantém a cadeia produtiva da música aquecida, assegura a renda de milhares de famílias e perpetua a diversidade sonora do Brasil.

"A música tem dono. E reconhecer esse dono é o mínimo que se espera de uma sociedade que valoriza sua cultura", enfatiza Isabel Amorim.

Ecad

Site | Instagram |

Banda feita por inteligência artificial tem 500 mil ouvintes em um mês

DIVERSÃO E ARTE



A banda Velvet Sundown lançou dois álbuns simultaneamente em junho

Imagine a cena: você descobre uma música legal numa plataforma digital. A sonoridade chama atenção e resolve, então, pesquisar a . Mas só encontra informações rasas e fotos "estáticas", quase caricatas. Logo percebe: aquelas imagens são releituras de capas clássicas do rock. A , ao que tudo indica, nem existe de verdade.

É o caso da Velvet Sundown, que lançou dois álbuns simultaneamente, cada um com 13 faixas. Em menos de um mês, o grupo fictício ultrapassou os 500 mil ouvintes no Spotify, algo improvável para uma nova e desconhecida, sem campanha de marketing visível.

Nas redes, a Velvet Sundown se apresenta como uma de "alt-pop cinematográfico e soul analógico dos sonhos". Mas não há nenhum registro real dos integrantes. Gabe Farrow, Lennie West e Orion "Rio" Del Mar. A é verificada no Spotify, mas não há provas de que sejam pessoas reais, pois não é possível encontrar informações reais deles.

Os álbuns Dust and Silence e Floating on Echoes foram lançados juntos em 5 de junho. São 26 faixas no total. A dúvida que fica: além das imagens nas redes sociais, será que as músicas também foram criadas

por ?

A situação não está sendo vista com bons olhos. Nas publicações da nas redes sociais, vários comentários questionam o uso de para criar música e sobre dar preferência aos artistas reais. "Quem quer ouvir uma de IA?? Baseado nessas imagens, é exatamente isso que essa " é", comentou uma internauta. Outro comentário levanta se talvez isso não seja uma estratégia de marketing: "Só estou a rezar para que isto seja uma real a usar a IA como uma tática de marketing. Caso contrário, vou ficar tão desiludido com esta porcaria", comentou.

O surgimento de conteúdos musicais criados por tem chamado atenção. A plataforma Deezer, por exemplo, em comunicado publicado em junho deste ano, deixa claro que os conteúdos 100% gerados por IA disponíveis no streaming devem ficar sinalizados. Além disso, afirmou que cerca de 18% de todo o conteúdo enviado diariamente, em torno de 20 mil faixas, é 100% gerado por .

"A não é, por si só, boa ou ruim - mas acreditamos que uma abordagem responsável e transparente é essencial para manter a confiança dos nossos usuários e com a indústria da música. Também reafirmamos nosso compromisso com a proteção dos direitos de artistas e compositores, especialmente em um momento em que as leis de **direitos** autorais estão sendo questionadas em função do treinamento de modelos de IA", afirmou Alexis Lanternier, CEO da Deezer.

Para preservar a experiência do usuário e a remuneração justa dos artistas, a Deezer afirmou que também está excluindo as faixas 100% geradas por IA das recomendações algorítmicas da plataforma.

Índice remissivo de assuntos

Denominação de Origem
3

Marco regulatório | INPI
3

Direitos Autorais
5, 8